

Triagem para risco de insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do programa bolsa família de Pantano Grande/RS

Screening for risk of food and nutritional insecurity of beneficiary families of the bolsa familia program in Pantano Grande/RS

Cribado de riesgo de inseguridad alimentaria y nutricional de las familias beneficiarias del programa bolsa familia de Pantano Grande/RS

Eduarda de Freitas

Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil

Marilene Cassel Bueno

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0001-9229-519X>

Vanessa Ramos Kirsten

Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-6737-1039>

Adriane Cervi Blümke

Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – Rio Grande do Sul – Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-8731-1893>

Resumo: A pobreza e a vulnerabilidade no Brasil originam um cenário no qual a população não é contemplada com seus direitos básicos, incluindo a alimentação. Nesse sentido, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é caracterizada quando uma família não tem acesso aos alimentos, em quantidade e qualidade que supra suas necessidades nutricionais. O estudo tem como objetivo avaliar o risco de Insegurança Alimentar e Nutricional e seus fatores associados em famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família

(PBF), no município de Pantano Grande, RS. A pesquisa foi do tipo transversal com abordagem quantitativa a partir de uma amostra não probabilística, com famílias beneficiadas pelo PBF. Foram aplicados três questionários, sendo um para avaliar os dados socioeconômicos, um de Triagem para Risco de Insegurança Alimentar e outro para avaliar os marcadores de consumo alimentar. Os dados foram analisados no software EpiInfo versão 7.2.5.0. Foram avaliadas 44 famílias e a prevalência de IAN foi de 91%, sendo 75% de IAN grave. Dentre os resultados, a IAN foi mais presente nas famílias chefiadas por mulheres brancas (38,7%; n=17), com idade entre 29 e 50 anos (59,1%; n=26), solteiras (59,1%; n=26), desempregadas (65,9%; n=29), que recebiam menos de um salário mínimo (54,5%; n=24) e com ensino fundamental incompleto (38,7%; n=17), contudo os resultados não apresentaram diferença estatística. Conclui-se que é necessário a implementação de políticas públicas para garantir o direito humano à alimentação adequada e a criação de programas complementares de geração de renda, principalmente para população que já se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Direito Humano à Alimentação Adequada. Programas Sociais.

Abstract: Poverty and vulnerability in Brazil give rise to a scenario in which the population is not provided with its basic rights, including food. In this sense, Food and Nutrition Insecurity (FNI) is characterized when a family does not have access to food, in quantity and quality to meet their nutritional needs. The study aims to evaluate the risk of Food and Nutrition Insecurity and its associated factors in families benefiting from the Bolsa Família Program (PBF) in the municipality of Pantano Grande, RS. The research was cross-sectional with a quantitative approach from a non-probabilistic sample, with families benefiting from the BFP. Three questionnaires were applied, one to evaluate socioeconomic data, one to Food Insecurity Risk Screening and another to evaluate food consumption markers. The data were analyzed in EpiInfo software version 7.2.5.0. 44 families were evaluated and the prevalence of FNI was 91%, 75% of which were severe FNI. Among the results, that FNI was more present among white women (38,7%; n=17), aged between 29 and 49 years (59,1%; n=26), single (59,1%; n=26), unemployed (65,9%; n=29), earning less than one minimum wage (54,5%; n=24), and with incomplete primary education (38,7%; n=17), however, the results showed no statistical difference. We conclude that it is necessary to implement public policies to ensure the human right to adequate food, especially for the population that is already in a situation of social vulnerability, as well as the creation of complementary programs that generate income for these families in order to reduce poverty and the precariousness of the rights of these families.

Keywords: Food Security. Human Right to Adequate Food. Social Programs.

Resumen: La pobreza y la vulnerabilidad en Brasil crean un escenario en el que la población no está cubierta por sus derechos básicos, incluida la alimentación. En este sentido, la Inseguridad Alimentaria y Nutricional (IAN) se caracteriza cuando una familia no tiene acceso a alimentos, en cantidad y calidad que cubran sus necesidades nutricionales. El estudio tiene como objetivo evaluar el riesgo de Inseguridad Alimentaria y Nutricional y sus factores asociados en familias beneficiarias del Programa Bolsa Familia (PBF) en el municipio de Pantano Grande, RS. La investigación fue transversal con un enfoque cuantitativo basado en una muestra no probabilística, siendo las familias beneficiarias del PBF. Se aplicaron tres cuestionarios, uno para evaluar datos socioeconómicos, uno para Detección de Riesgos de Inseguridad Alimentaria y otro para evaluar marcadores de consumo de alimentos. Los datos se analizaron utilizando el software EpiInfo versión 7.2.5.0. Se evaluaron 44 familias y la prevalencia de NIA fue del 91%, de las cuales el 75% fueron NIA graves. Entre los resultados, IAN estuvo más presente en familias encabezadas por mujeres blancas (38,7%; n=17), con edades entre 29 y 50 años (59,1%; n=26), solteras (59,1%; n= 26), desempleados (65,9%; n=29), que recibían menos de un salario mínimo (54,5%; n=24) y con educación primaria incompleta (38,7%; n=17), sin embargo los resultados no mostraron diferencia estadística. Se concluye que es necesario implementar políticas públicas para garantizar el derecho humano a una alimentación adecuada y la creación de programas complementarios de generación de ingresos, especialmente para poblaciones que ya se encuentran en situación de vulnerabilidad social.

Palabras clave: Seguridad Alimentaria. Derecho humano a una alimentación adecuada. Programas Sociales.

Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi definida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346 de 2006, como o direito ao acesso a alimentos de forma regular, permanente e saudável para todos, sem comprometer as demais necessidades básicas, de modo a respeitar a diversidade cultural e sendo sustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social (Bezerra *et al*, 2020).

A criação da LOSAN implementou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que visa assegurar a alimentação adequada como um direito humano, garantido na Constituição Federal de 1988. A Lei atribui ao poder público o dever de criar ações e políticas para garantir e promover a toda população uma alimentação adequada, levando em consideração as dimensões culturais, ambientais, econômicas, sociais e regionais (Brasil, 2006).

A Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é caracterizada quando uma família não consegue ter acesso físico ou econômico a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para atender suas necessidades nutricionais (Brito, *et al*, 2020). A pobreza e a vulnerabilidade no Brasil originam um cenário no qual a população não é contemplada com seus direitos básicos, o que dificulta o bem-estar dessas famílias que apresentam precarização de renda, de saneamento básico, de acesso aos serviços públicos, escolas e transporte popular, o que torna mais grave a situação de Insegurança Alimentar (IA) (Bezerra, *et al* 2020).

Dentre os programas que visam garantir a SAN destacam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Bolsa Família (PBF). O PBF foi criado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004. No ano de 2021, o decreto nº 10852, de 8 de novembro, criou o Auxílio Brasil para substituir o PBF (Brasil, 2021). No ano de 2023 o PBF foi instituído novamente pela lei 14.601 de 19 de junho, tendo como objetivos, combater a fome por meio de transferência de renda, contribuir para a interrupção do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações, promover o desenvolvimento e a proteção social das famílias, principalmente crianças e adolescentes em situação de pobreza (Brasil, 2023).

Desde sua criação, o PBF tem o intuito de minimizar os impactos da IAN, sendo caracterizado como uma política pública que auxilia no combate à fome e pobreza no Brasil por meio de transferência de renda (Campoli *et al*, 2019). Assim, o programa confere a responsabilidade pela diminuição da pobreza ao governo e retira do âmbito da caridade pessoal, reconhecendo a sua dívida social para com os beneficiários (Rego; Pinzani, 2013). Destacam-se também a capacidade do programa para promover a inclusão social de famílias que se encontram em vulnerabilidade e de melhorar as condições nutricionais das crianças, a partir da transferência de renda para o grupo familiar, os quais devem cumprir uma série de condicionalidades na área da saúde e educação para serem beneficiados (Sperandio; Priore, 2015). Estas condicionalidades não possuem um caráter punitivo, mas uma ampliação no acesso aos direitos sociais, proporcionando um estímulo ao desenvolvimento de capital humano, rompendo o ciclo intergeracional de pobreza nas famílias (Santo, *et al*, 2014), uma vez que visam garantir a frequência escolar, a vacinação em dia, o acompanhamento pré natal e o acompanhamento nutricional das crianças.

Para medir a IAN, no Brasil foi validada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual investiga de forma direta a percepção de fome das famílias entrevistadas, sendo composta, em sua versão longo, por 14 questões fechadas que são referentes aos três meses anteriores (Morais, *et al* 2014). Dessa forma, a EBIA classifica se a pessoa está em SAN, insegurança alimentar leve, moderada ou grave (Brasil, 2014).

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) realizou uma pesquisa populacional com o intuito de analisar a Insegurança Alimentar no Brasil no contexto da pandemia da Covid-19, utilizando a EBIA. Os resultados do VIGISAN de 2021, apontaram que 55,20% da população brasileira se encontrava em algum nível de IAN (leve, moderado ou grave), sendo que na região sul e sudeste do país esse percentual chegou a 46,9% (Côrrea, *et al*, 2021). Estudo realizado por Hoffmann (2014) indicou que a probabilidade de Insegurança Alimentar (IA) diminui em domicílios nos quais a pessoa de referência familiar tem maior escolaridade, possuem luz elétrica, esgoto e água potável. O mesmo estudo também apontou que a IA aumenta em residências onde a referência familiar é mulher, negros ou pardos, e para empregados sem carteira assinada. Os resultados da pesquisa VIGISAN mostraram que a distribuição da IA continua seguindo esse contexto, porém a prevalência de IA foi agravada nessa população durante e após a pandemia.

Desde 2021, o Ministério da Saúde tem recomendado que, quando há restrição de tempo e orçamento para a utilização da EBIA, seja utilizado a Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA), uma metodologia criada em 2021, que utiliza apenas duas questões fechadas oriundas da EBIA. É recomendado após a utilização da TRIA, a realização da avaliação nutricional e a aplicação do questionário dos marcadores do consumo alimentar (Brasil, 2021). A TRIA não foi proposta para ser uma versão resumida da EBIA, mas sim um instrumento que identifica se há risco nutricional no domicílio, por ser um método de aplicação rápido e de fácil interpretação que pode ser utilizado nos serviços de saúde. A TRIA tem alta capacidade de evidenciar os impactos alimentares como, a redução da compra de alimentos *in natura* especialmente carnes, frutas, verduras e legumes (Carvalho, *et al.*, 2020).

Por isso, conhecer e monitorar a situação de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias que fazem parte do Programa Bolsa Família é importante para o planejamento de ações de diminuição da IAN. Diante disso, o presente estudo objetivou avaliar o risco de Insegurança Alimentar e Nutricional e seus fatores associados em famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, no município de Pantano Grande, RS.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa do tipo transversal, descritiva e quantitativa realizada no primeiro semestre do ano de 2023, com famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), do município de Pantano Grande, Rio Grande do Sul.

O município está localizado a 120 km da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), a população estimada para o ano de 2021, era de 9.995 habitantes e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de

0,661. A economia municipal se baseia na exploração do calcário e no cultivo de eucalipto (Rost, 2019) e não possui estudos sobre a situação de SAN e IAN, por isso a necessidade de estudar esse tema no município. Segundo dados da secretaria de assistência social do município, na época da coleta dos dados haviam cerca de 1160 famílias beneficiadas com o bolsa família, o que representava cerca de 4567 pessoas, totalizando 45,7% da população do município.

A definição da amostra foi por conveniência, composta por 44 famílias que estavam em seus domicílios no momento da pesquisa e aceitaram participar da entrevista. Foram incluídos no estudo famílias beneficiárias do PBF, com crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, que aceitaram assinar o Termo Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídas da amostra famílias não beneficiárias do PBF e aquelas que não estavam no momento da visita. Foram entrevistados somente o responsável de cada família pelo recebimento do auxílio de ambos os sexos, não sendo incluído na pesquisa mais de um membro por domicílio.

A coleta de dados ocorreu nas áreas urbana e rural do município, partindo das Unidades de Saúde, sendo realizada pela acadêmica e sempre acompanhada por um agente comunitário de saúde de cada território.

Foram aplicados três questionários aos responsáveis, o primeiro foi um questionário adaptado de Sperandio e Piore (2015) e Côrrea, *et al* (2022), contendo questões sobre as variáveis sociodemográficas e socioeconômicas (sexo, idade, escolaridade, renda, cor da pele, número de moradores, estado civil, ocupação, tempo de recebimento do benefício). O segundo questionário utilizado na entrevista foi a TRIA, com as duas questões objetivas que avaliam a situação de SAN e IAN de forma direta, por meio da percepção de fome, referente aos últimos três meses. Segundo Brasil (2021), para classificação deve-se adotar os seguintes parâmetros: se ambas as respostas forem sim, a classificação é IAN grave, apenas uma resposta sim, a classificação é IAN leve, e se as duas respostas forem não, a classificação é de SAN. O terceiro questionário foi sobre os marcadores do consumo alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para maiores de dois anos, que conta com nove questões, referentes ao dia anterior, com o objetivo de identificar o comportamento alimentar com enfoque no aspecto qualitativo. As perguntas abrangem informações sobre o hábito de fazer as refeições em frente à TV, refeições realizadas durante o dia, e sobre o consumo de frutas, verduras, feijão, embutidos, bebidas adoçadas, macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados, bolachas recheadas e doces.

Os dados coletados foram tabulados e organizados no programa Microsoft Office Excel®, versão 2016, e posteriormente analisados no software EPI INFO, versão, 7.2.5.0. Foram realizadas análises de distribuição de frequência e percentual e para as análises

estatísticas os dados de IA foram agrupados para aplicação do teste Odds Ratio ajustada pelo Mantel-Haenszel. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sob o parecer número 5.749.968, CAAE 64586022.0.0000.5346 respeitando o sigilo e anonimato conforme prevê o Termo de Confidencialidade.

Resultados

Dos responsáveis pelas famílias que foram entrevistados 100% (n=44) eram mulheres, das quais 43,18% (n=19), se autodeclararam brancas, 68,18% (n=30), tinham entre 29 a 49 anos e 65,91% (n=29) não possuíam companheiro. Do total de entrevistadas, 75% (n=33) não possuíam trabalho formal, das que referiram trabalhar somente 2,3% (n=1) tinham carteira assinada, 56,82% (n=25) das famílias recebiam menos que um salário mínimo e em 47,73% (n=21) das residências avaliadas moravam de duas ou três pessoas. Das entrevistadas 43,18% (n=19) estudaram menos de oito anos, ou seja, não completaram o ensino fundamental (Tabela 1).

Quando agrupado os dados de IAN leve e grave observou-se que a prevalência de IAN foi maior entre as mulheres solteiras (59,1%), que tinham idade entre 29 e 50 anos (59,1%), desempregadas (65,9%), com renda menor que um salário mínimo (54,5%), que se autodeclararam brancas (38,7%), com ensino fundamental incompleto (38,7%), que residiam em domicílios com dois a três moradores (43,2%), e entre as famílias que recebiam o benefício há pelo menos três a quatro anos (43,2%), porém sem diferença estatisticamente significativa entre os grupos de IAN e SAN (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição dos dados sociodemográficos das entrevistadas associados a Segurança/Insegurança Alimentar e Nutricional. Pantano Grande, RS.

Variável	Frequência	Frequência	Frequência	p valor*
	SAN	IAN (%)	total (%)	
	N (%)	N (%)	N (%)	
Estado Civil				
Casada/companheiro	1 (2,3)	14 (31,8)	15 (34,1)	0,695
Solteira	3 (6,8)	26 (59,1)	29 (65,9)	
Idade				

18 – 28	0	9 (20,5)	9 (20,5)	0,739
29 – 50	4 (9,1)	26 (59,1)	30 (68,2)	
>51	0	5 (11,3)	5 (11,3)	
Trabalha				
Não	4(9,1)	29 (65,9)	33 (75)	0,235
Sim	0	11(25)	11 (25)	
Trabalha com carteira assinada				
Não	4 (9,1)	39 (88,6)	43 (97,7)	0,755
Sim	0	1 (2,3)	1 (2,3)	
Renda em salários mínimos				
< 1 salário mínimo	1 (2,3)	24 (54,5)	25 (56,8)	0,186
1 – 2 salários mínimos	3 (6,8)	16 (36,4)	19 (43,2)	
Número de moradores				
2 – 3 pessoas	2 (4,5)	19 (43,2)	21 (47,7)	0,720
4 – 5 pessoas	2 (4,5)	17 (38,7)	19 (43,2)	
6 ou mais pessoas	0	4 (9,1%)	4 (9,1)	
Cor da pele				
Preto	1 (2,3)	10 (22,7)	11 (25)	0,863
Pardo	1 (2,3)	13 (29,5)	14 (31,8)	
Branco	2 (4,5)	17 (38,7)	19 (43,2)	
Escolaridade				
Ensino fundamental incompleto	2 (4,5)	17 (38,7)	19 (43,2)	0,480
Ensino fundamental completo	1 (2,3)	5 (11,4)	6 (13,7)	
Ensino médio completo	1 (2,3)	9 (20,4)	10 (22,7)	
Ensino Médio incompleto	0	9 (20,4)	9 (20,4)	
Tempo que recebe o benefício				
<1 ano – 2 anos	1 (2,3)	10 (22,7)	11 (25)	0,489
3 – 4 anos	1 (2,3)	19 (43,2)	20 (45,5)	

> 5 anos	2 (4,5)	11 (25)	13 (29,5)
----------	---------	---------	-----------

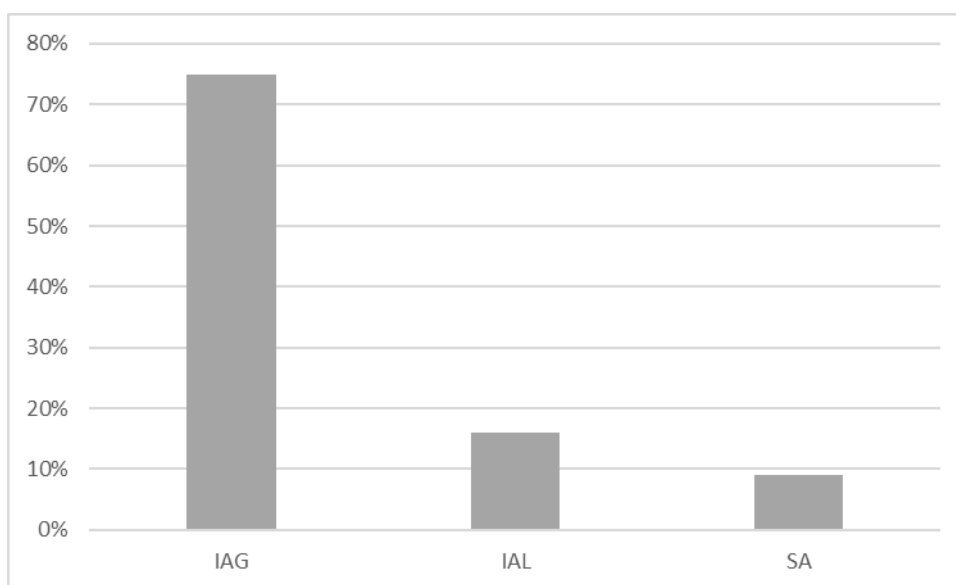
Fonte: Elaborado pelas autoras

* Teste Odds Ratio

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional, IAN: Insegurança Alimentar e Nutricional.

Das famílias entrevistadas, 91% (n=40), estavam com algum grau de Insegurança Alimentar (IA), sendo 75% (n=33) grave, 16% (n=7) leve e 9% (n=4) se encontravam em Segurança Alimentar e Nutricional (Figura 1).

Figura 1: Situação de Segurança e Insegurança Alimentar e Nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Pantano Grande/RS.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

IAG: Insegurança Alimentar Grave; IAL: Insegurança Alimentar Leve; SAN: Segurança Alimentar e Nutricional.

A respeito do consumo alimentar das entrevistadas, 61% (n=27), afirmaram realizar as refeições assistindo à TV, mexendo no celular e/ou computador. Sobre os alimentos consumidos no dia anterior, 73% (n=32), haviam consumido feijão, 55% (n=24), consumiram frutas frescas, 52% (n=23) consumiram alguma verdura ou legumes, 64% (n=28) não consumiram hambúrgueres e/ou embutidos, 80% (n=35) fizeram uso de bebidas adoçadas, 68% (n=30) não consumiram macarrão instantâneo, salgadinhos de

pacote ou bolachas salgadas, e 55% (n=24) não consumiram bolachas recheadas, doces ou guloseimas (Tabela 2).

Ao analisar os dados do consumo alimentar em relação da situação de Segurança/Insegurança Alimentar e Nutricional, observou que entre as mulheres com IAN 52,3% possuem o hábito de realizar as refeições assistindo tv, ou mexendo no celular/computador; 65,9% consumiram feijão; 50% haviam consumido verduras; 47,7% consumiram frutas e 72,7% fizeram uso de bebidas adoçadas no dia anterior à pesquisa. Não houve associação estatística entre os dados de consumo alimentar e a IAN (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição dos dados de consumo alimentar das entrevistadas. Pantano Grande/RS.

Marcadores de consumo	IAN n (%)	SAN n (%)	TOTAL n (%)	p valor*
Você tem costume de realizar as refeições assistindo à TV, mexendo no computador e/ou celular?				
Sim	23 (52,3)	4 (9,1)	27 (61,4)	0,100
Não	17 (38,6)	0 (0)	17 (38,6)	
Feijão				
Sim	29 (65,9)	3 (6,8)	32 (72,7)	0,917
Não	11 (25)	1 (2,3)	12 (27,3)	
Frutas frescas				
Sim	22 (50)	2 (4,5)	24 (54,5)	0,852
Não	18 (40,9)	2 (4,5)	20 (45,4)	
Verduras e/ou legumes				
Sim	21 (47,7)	2 (4,5)	23 (52,3)	0,926
Não	19 (43,2)	2 (4,5)	21 (47,7)	
Hambúrguer e/ou embutidos (presunto, mortadela, salame, linguiça, salsicha)				
Sim	13 (29,5)	3 (6,8)	16 (36,4)	0,096
Não	27 (61,4)	1 (2,3)	28 (63,6)	
Bebidas adoçadas				

Sim	32 (72,7)	3 (6,8)	35 (79,5)	0,818
Não	8 (18,2)	1 (2,3)	9 (20,5)	
Macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados				
Sim	13 (29,5)	1 (2,3)	14 (31,8)	0,765
Não	27 (61,4)	3 (6,8)	30 (68,2)	
Biscoito recheado, doces ou guloseimas				
Sim	18 (40,9)	2 (4,5)	20 (45,5)	0,852
Não	22 (50)	2 (4,5)	24 (54,5)	
Costuma realizar café da manhã?				
Sim	29 (66)	4 (9)	33 (75)	0,235
Não	11 (25)	0 (0)	11 (25)	
Costuma realizar lanche da manhã?				
Sim	2 (4,5)	0 (0)	2 (4,5)	0,656
Não	38 (86,4)	4 (9,1)	42 (95,5)	
Costuma realizar o almoço?				
Sim	40 (91%)	4 (9)	44 (100)	1,00
Não	0 (0)	0 (0)	0 (0)	
Costuma realizar lanche da tarde?				
Sim	27 (61,4)	3 (6,8)	30 (68,2)	0,765
Não	13 (29,5)	1 (2,3)	14 (31,8)	
Costuma realizar jantar?				
Sim	38 (86,4)	4 (9,1)	42 (95,5)	0,656
Não	2(4,5)	0 (0)	2 (4,5)	
Costuma realizar ceia?				
Sim	1 (2,3)	0 (0)	1 (2,3)	0,755
Não	39 (88,6)	4 (9,1)	43 (97,7)	

Fonte: Elaborado pelas autoras

*Teste Odds Ratio.

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional, IAN: Insegurança Alimentar e Nutricional.

Discussão

Os resultados do presente estudo demonstraram que a totalidade da população estudada era do sexo feminino, que em sua maioria não tinham companheiro, possuíam idade entre 29 a 50 anos, sem ocupação salarial, recebiam menos que um salário mínimo, se autodeclaravam brancas, com baixa escolaridade e recebiam o BF entre quatro a cinco anos.

O estudo evidenciou alta prevalência de IA (91%), quando comparado aos resultados dos estudos nacionais como a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio (PNAD), que no ano de 2013 apontou a prevalência de 22,6% de algum grau de IA, e o VIGISAN, que apontou a prevalência de 46,9% de IA em 2022 para as regiões Sudeste e Sul. É importante salientar que a atual pesquisa foi realizada em uma população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, beneficiários do PBF, com a presença de ao menos um menor de dezoito anos de idade no domicílio, condição que, de acordo com a literatura aumenta a prevalência de IA (Chapanski, et al, 2021). Além disso, diferentemente dos outros estudos, o atual utilizou da TRIA, um questionário de triagem podendo também contribuir para a elevada prevalência na amostra estudada.

Por sua vez, estudos realizados com amostras que continham semelhanças a da atual pesquisa tiveram resultados mais próximos, como o estudo realizado com mulheres titulares do PBF, em Palmeira das Missões, RS, que apontou uma prevalência de 91,5% de IA (Franco, *et al*, 2019). Outro estudo realizado na cidade de Vale do Sol, RS, a prevalência de IA foi de 78% das famílias que participavam das oficinas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Witt; Etiges; Lepper, 2018).

Da mesma forma, estudo realizado em uma região periférica na cidade de São Luís, no Maranhão, apontou que 94% dos participantes tinham algum grau de IA (Brito, et al, 2020), e estudo realizado na área de uma UBS na cidade de Apucana, no Paraná, encontrou prevalência de 83% de IA (Santana, Pires, 2021). Pesquisa realizada em área urbana e rural também com famílias beneficiadas pelo PBF, em Laranjeiras do Sul, PR, encontrou prevalência de 95,3% de IA (Southier; Triches, 2020).

Nessa pesquisa foi evidenciado a maior prevalência de mulheres solteiras (59,1%), tal como no estudo de Hoffman (2013), em que a IA foi maior nos domicílios onde a mulher era a referência da família. Estudo de revisão com dados do PNAD, mostrou que há maior probabilidade de IA moderada a grave em domicílios chefiados por mulheres (Santos, *et al* 2018). Das entrevistadas no presente estudo, a maioria (54,5%), recebia menos que um salário mínimo. No estudo de Bezerra, Olinda, Pedraza (2017) a renda foi a variável que estava mais associada à situação de IA dentre as demais variáveis analisadas.

Com relação ao número de moradores por residência, em sua maioria (43,2%) moravam entre duas a três pessoas por domicílio, diferente de estudos como o de Witt, Etges e Lepper (2018) em que 49% das famílias tinham entre quatro a seis moradores. Já em outro estudo foi constatado que 54,7% dos entrevistados tinham de um a três integrantes na residência (Brito, et al, 2020). Estudos associam que a IA aumenta em domicílios onde a pessoa de referência é negra ou parda (Ruschel, et al, 2016), diferentemente a atual pesquisa apresentou maior prevalência de IA em domicílios onde a pessoa se auto declarava branca (38,7%).

Segundo Bezerra, Olinda, Pedraza (2017), a IAN aumenta em domicílios em que o chefe de família tem baixa escolaridade. Além disso, a incidência de IA aumenta em 1,4 vezes mais em domicílios onde a mãe tem menos de sete anos de escolaridade (Sperandio, Priore, 2015). Na atual pesquisa houve maior prevalência de IA entre mulheres que não completaram o ensino fundamental (38,7%). Santos *et al*, (2019) em um estudo que buscou avaliar os efeitos e impactos do Programa Bolsa Família em indicadores educacionais entre os beneficiários evidenciaram que o PBF tem desfechos positivos em indicadores educacionais para o sexo feminino e para a Região Norte, porém não tem repercussão na proficiência e no desempenho escolar, mas impacta significativamente nas taxas de abandono e na frequência escolar. Além disso, estudos apontam para a capacidade transformadora do PBF no mérito do rompimento do ciclo intergeracional da pobreza (Rego, Pinzani, 2014; Santos, *et al*, 2014).

Quanto ao consumo de alimentos marcadores da alimentação saudável, constatou-se que 65,9% das mulheres que se encontravam em IAN, haviam consumido feijão no dia anterior. Dado semelhante ao da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017 – 2018 (2020), que indicou que 60% da população brasileira consumia feijão, d. Além disso, o guia alimentar para população brasileira, orienta que alimentos *in natura* e minimamente processados como o feijão devem ser a base da alimentação. Santos, Mazur e Melhem (2021), destacam que o consumo de feijão pode ser um fator protetor para a insegurança alimentar e nutricional, além de ser um alimento tradicionalmente brasileiro e rico em nutrientes.

A Organização das Nações Unidas (ONU), tem trabalhado para atingir os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde o segundo objetivo é erradicar a fome e alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável até o ano de 2030. Para atingir esse objetivo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) recomenda a adoção de políticas públicas de estímulo à produção urbana de alimentos, sendo uma estratégia de relativo baixo custo e com potencial para promover o aumento no consumo de alimentos *in natura* (Santos, Mazur; Melhem, 2021).

O desenho do estudo e o instrumento utilizado reforçam a necessidade de medidas de monitoramento do risco de IAN de modo a intervir nas fases iniciais da insegurança diminuindo a condição de fome da população em situação de vulnerabilidade. Além disso, a TRIA é um instrumento capaz de facilitar o monitoramento, o planejamento e a implementação de programas e políticas públicas coerentes e coordenadas de segurança alimentar e nutricional, possibilitando a geração de dados para subsidiar a tomada de decisões e alocação de recursos (Carvalho, *et al*, 2022). Sendo assim, a TRIA tem importância crucial na prática assistencial e como instrumento de vigilância alimentar e nutricional, especialmente se associado ao uso dos marcadores de consumo alimentar, seja no âmbito da Atenção Primária à Saúde ou da rede socioassistencial, podendo o SISAN ser um potente instrumento de articulação intersetorial. Algumas limitações do estudo são importantes de serem destacadas como, o pequeno tamanho amostral que interfere nas análises estatísticas, a existência de áreas descobertas de agentes comunitários de saúde e a dificuldade de acesso nas localidades mais distantes, impedindo ou dificultando a coleta de dados nesses locais.

Considerações finais

Este artigo, que se dedicou a avaliar os riscos de insegurança alimentar e nutricional e seus fatores associados em Pantano Grande (RS), traz importante contribuição para a discussão da insegurança alimentar no contexto de pequenos municípios.

A amostra não caracteriza toda a população beneficiária do PBF no município e o tamanho amostral dessa pesquisa pode ter interferido no desempenho dos resultados estatísticos. Contudo, o presente estudo traz indícios e sinaliza para o risco nutricional e social que essas famílias se encontram, apontando a necessidade de monitoramento da situação de IA desta população, seja por meio de novos estudos ou da implementação de métodos como a TRIA no nível local, fornecendo aos tomadores de decisão dados fundamentais para análise situacional e planejamento de ações.

A presente pesquisa evidencia a necessidade de implementação de ações, programas e políticas públicas para garantir o direito humano à alimentação adequada, principalmente da população que já se encontra em situação de vulnerabilidade social, assim como, a criação de programas de geração de renda para estas famílias, incentivo às mães a voltarem a estudar e/ou realizarem cursos profissionalizantes voltados para as áreas de interesse da maioria das mulheres.

Ações de educação alimentar e nutricional também são importantes, para que estas famílias tenham conhecimento sobre como fazer melhores escolhas alimentares com o recurso do bolsa família. O estímulo ao cultivo de hortas domésticas e comunitárias, especialmente nas regiões que se encontram em maior vulnerabilidade, poderá ser uma

importante estratégia para a promoção da alimentação adequada e saudável, garantindo acesso justo a alimentos *in natura*.

REFERÊNCIAS

Bezerra MS, Jacob MCM, Ferreira MAF, Vale D, Mirabal IRB, Lyra CO. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3833 – 3846, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vpGZNFNcKySWVrVy4KR3Gtc/>.

Bezerra TA, Olinda RA, Pedraza DF. Insegurança alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p. 637-651, Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rzZKSfNkKfPnKWpWgV9Hrsc/abstract/?lang=pt>.

Brasil, Ministério da Saúde. Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde: Manual de Identificação dos domicílios e Organização da Rede. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MjA5MQ==>.

Brasil, Ministério da Saúde. Orientações para Avaliação dos Marcadores de Consumo na Atenção Básica de Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde – Departamento de Atenção Básica**. Brasília, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/marcadores_consumo_alimentar_atencao_basica.pdf

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Estudo Técnico N.º 01/2014. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**, Brasília, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/estante/escala-brasileira-de-inseguranca-alimentar-ebia-analise-psicometrica-de-uma-dimensao-da-seguranca-alimentar-e-nutricional/>.

Brasil, Presidência da República. Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. **Diário oficial da União**, Brasília, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10852.htm

Brasil, Presidência da República. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

Brasil, Presidência da República. Lei nº 14.601 de 19 de junho de 2023. Institui o Programa Bolsa Família. **Diário oficial da União**, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm

Brasil, Presidente da República. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário oficial da união, Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm

Brito P, *et al.* Fatores associados à insegurança alimentar e nutricional em comunidade carente. **Revista Brasileira Promoção da Saúde**, v. 33, p 1 – 11, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/10415>

Campoli JS, Junior PNA, Kodama TK, Melo IC, Rebelatto DAN. O Bolsa Família Aumentou a Eficiência para a Segurança Alimentar? **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 14, n.3, p. 168 – 181, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335497328_O_Bolsa_Familia_Aumentou_a_Eficiencia_para_a_Seguranca_Alimentar

Carvalho RES, *et al.* Validade do instrumento para triagem de domicílios em risco de insegurança alimentar em diversos estratos da população brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p 1-15, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YGQp55rNc5Rkvk6vxQC87Ld/?lang=pt>

Chapanski VR, Costa MD, Fraiz, GM, Höfelmann DA, Fraiz FC. Insegurança alimentar e fatores sociodemográficos em crianças de São José dos Pinhais, Paraná, 2017: estudo transversal. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 30, n. 4, p 1 – 13, Brasília, 2021. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742021000400312

Côrrea MAS, *et al.* VIGISAN – Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Rede PENSSAN**, Brasil, 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>

Franco JG, Bueno MC, Kirsten VR, Leal GVS. et al. Insegurança alimentar, consumo alimentar e estado nutricional de mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. **Ciência & Saúde**, v. 12, n. 3, p. 1-9, Palmeira das Missões, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faenfi/article/view/32907>

Hoffman R. Brasil, 2013: mais segurança alimentar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 2, p 422 – 436, Campinas, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634472>

IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, Segurança Alimentar, Ano: 2013. **Secretaria de Avaliação**

e Gestão da Informação. Brasília, 2013. Disponível em:

https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/ficha_148.pdf

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 – 2018. **Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil.** Rio de Janeiro, Brasil, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>

Morais DC, Dutra LV, Franceschini SCC, Priore SE. Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 5, p 1475 – 1488, Viçosa, Minas Gerais, 2014.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/hTDB7QSGT5f6P9smKXkC3HR/abstract/?lang=pt>

Organização das Nações Unidas. **Objetivos para o desenvolvimento sustentável.**

Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs#:~:text=Os%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%20s%C3%A3o%20um%20apelo%20global%20%C3%A0,de%20paz%20e%20de%20prosperidade.>

de.

Rego WL, Pinzani A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. **Saúde e Debate**, v. 38, n. 103, p. 1008-1009, Unesp, São Paulo, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/GwGWHJsJMXzWqQLXkYHThVp/?lang=pt>

Rost FQ. Manejo fitossanitário da cultura da soja e do arroz na região central do Rio Grande do Sul. **LUME Repositório Digital UFRGS.** Porto Alegre, RS, 2019. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/199575>

Ruschel LF, Henn RL, Backes V, Marques LAS, Olinto MTA. Insegurança alimentar e consumo alimentar inadequado em escolares da rede municipal de São Leopoldo, RS, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 2275-2285, São Leopoldo, RS, 2016.

Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/yyFyKT6Zb7gCytDCQbtRKfQ/abstract/?lang=pt>

Santana CCS, Pires PFF. A Insegurança Alimentar de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família em Apucarana, Paraná. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p 1 – 14, Campinas, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8660306>

Santos EF, Mazur CE.; Melhem ARF. Estado nutricional e consumo alimentar determinam a (in)segurança alimentar e nutricional em famílias do Bolsa Família? **Ciências da Saúde: desafios, perspectivas e possibilidades**, v. 3, p 13-146, Brasil, 2021. Disponível em:

<https://www.editoracientifica.com.br/artigos/estado-nutricional-e-consumo-alimentar-determinam-a-inseguranca-alimentar-e-nutricional-em-familias-do-bolsa-familia>

Santos MCM, et al. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Rev. Adm. Pública**, v. 48, n. 6, p. 1381-1405, Amazonas, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/L58vw3z5s4sqyZtGPdXwDrL/>

Santos TG, Silveira JAC, Silva GL, Ramires EKNM, Menezes RCE. Tendência e fatores associados à insegurança alimentar no Brasil: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2009 e 2013. **Cardenos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, p 1 – 17, Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/Tk9dZSWfDsZg5SKPHtwKZrb/>

Southier N, Triches RM. Programa Bolsa Família: impacto na alimentação e papel da aquisição não monetária no meio urbano e rural. **INTERAÇÕES**, v. 21, n. 4, p. 871-884, Campo Grande, MS, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/xpX34PBzPzt7rYYMCpQRMwN/>

Sperandio N, Priore SE. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 24, n. 4, p. 739 – 748, Brasília, 2015. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742015000400016

Witt F, Etgs BI, Lepper L. Insegurança Alimentar em famílias do Programa Bolsa Família. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 25, n. 2, p. 85-93, Campinas, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8649841/>

Santos MCS, Delatorre LR, Ceccato M das GB, Bonolo P de F. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. **Ciênc saúde coletiva** [Internet]. 2019 Jun;24(6):2233–47. Available from: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018246.19582017>

Sobre os autores:

Eduarda de Freitas

Graduada em Nutrição pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. E-mail: dudafreitas0909@gmail.com

Marilene Cassel Bueno

Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: marilenecbueno@gmail.com

Vanessa Ramos Kirsten

Professora Associada da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Docente do Departamento de Alimentos e Nutrição e dos Programas de Pós-Graduação em Saúde e Ruralidade e em Gerontologia da – UFSM. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua na grande área do Conhecimento do CNPq: Ciências da Saúde - Subárea: Nutrição (Análise Nutricional de População), pesquisando temas em Saúde Coletiva e Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição. E-mail: kirsten.vr@gmail.com

Adriane Cervi Blümke

Professora do Departamento de Alimentos e Nutrição da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. E-mail: adriblumke@gmail.com